O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO: ENTRE A FORMAÇÃO CRÍTICA E A INVISIBILIZAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

MARIA DE FÁTIMA VIEIRA[1]
EDSON ANTUNES QUARESMA JÚNIOR[2]
JOSÉ VITOR PALHARES DOS SANTOS[3]

[1]*Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – mfvieiravieira@gmail.com*
[2]*Instituto Federal de Minas Gerais – edson.quaresma@ifmg.edu.br*
[3]*Fundação Osorio – titopalhares@hotmail.com*

Resumo
Este estudo objetiva compreender em que medida o ensino de empreendedorismo nos cursos técnicos de nível médio ofertados por uma instituição federal de ensino do norte de Minas Gerais se aproxima ou se distancia de pressupostos relacionados à precarização do trabalho. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, que incluiu a análise documental dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e das ementas dos componentes curriculares de Empreendedorismo, além de entrevistas semiestruturadas com alunos e professores da instituição. A análise dos dados foi feita mediante Análise de Conteúdo. Os resultados evidenciam contradições entre o discurso institucional presente nos PPCs e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas no ensino de empreendedorismo. Embora os PPCs apresentem princípios vinculados à formação crítica e emancipadora, as ementas e práticas docentes priorizam abordagens instrumentais e mercadológicas. O estudo contribui para o avanço das discussões sobre o ensino de empreendedorismo na Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando tensões entre projetos formativos distintos, além de indicar a necessidade de revisões contínuas de ementas e práticas docentes para promover uma educação empreendedora que articule formação técnica, consciência crítica e compromisso social.

Palavras-chave: Ensino de empreendedorsimo. Trabalho precarizado. Educação profissional e tecnológica.

ENTREPRENEURSHIP EDUCATION IN SECONDARY LEVEL TECHNICAL COURSES: BETWEEN CRITICAL FORMATION AND THE INVISIBILIZATION OF PRECARIOUS LABOR

Abstract
This study aims to understand the extent to which entrepreneurship education in technical high school courses offered by a federal educational institution in the north of Minas Gerais, Brazil, aligns with or diverges from assumptions related to labor precarization. To this end, a qualitative study was conducted, including documentary analysis of the Course Pedagogical Projects and the syllabi of Entrepreneurship courses, as well as semi-structured interviews with students and teachers from the institution. Data were analyzed using Content Analysis. The results reveal contradictions between the institutional discourse present in the Course Pedagogical Projects and the pedagogical practices effectively developed in entrepreneurship education. Although the Course Pedagogical Projects present principles associated with critical

and emancipatory education, the syllabi and teaching practices prioritize instrumental and market-oriented approaches. This research contributes to advancing discussions on entrepreneurship education within Professional and Technological Education by highlighting the tensions between distinct educational projects. Furthermore, it points to the need for continuous revisions of syllabi and teaching practices in order to promote entrepreneurship education that articulates technical training, critical awareness, and social commitment.

Keywords: Entrepreneurship education. Precarious work. Professional and technological education.

1 Introdução

Nos últimos anos, o ensino de empreendedorismo ganhou centralidade nas políticas educacionais brasileiras, especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), após a publicação de documentos orientadores, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2021) e a portaria que estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos, conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio (Brasil, 2018). Apresentado como uma alternativa para a inserção produtiva dos jovens no mercado de trabalho e como estratégia de superação do desemprego, o ensino do empreendedorismo tem sido incorporado aos currículos do Ensino Médio em instituições públicas e privadas no Brasil (Santos *et al*., 2023) e em outras partes do mundo (Hadley, 2026), frequentemente associado à ideia de autonomia, inovação e protagonismo juvenil.

No entanto, conforme apontam Costa e Caetano (2021) e Duarte e Lopes (2025), a difusão do ensino do empreendedorismo na EPT não ocorre de modo neutro, mas se insere em um contexto de reconfiguração das relações laborais, marcado pela flexibilização, individualização e responsabilização dos trabalhadores pelos riscos e resultados de sua inserção produtiva, evidenciando um novo *ethos* educacional no Ensino Médio, que tem como protagonismo a educação empreendedora. Assim, o ensino de empreendedorismo, ao mesmo tempo em que pode ser interpretado como uma tentativa de ampliar a autonomia e a empregabilidade dos estudantes, também pode servir como instrumento de reprodução de lógicas neoliberais que deslocam para o indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso profissional.

Essa tensão se expressa de forma particular na EPT brasileira, cuja missão histórica se ancora em princípios de inclusão social, desenvolvimento local e formação integral. Duarte e Lopes (2025) indicam que, no âmbito da educação profissional e tecnológica, o ensino de empreendedorismo tem sido incorporado tanto como componente curricular específico quanto de forma transversal nos currículos, mas nem sempre articulado a uma perspectiva crítica do trabalho. De acordo com os autores, em muitos casos prevalecem abordagens voltadas à criação de negócios, à lógica da empregabilidade e à valorização da figura do "empreendedor de si mesmo", em detrimento de uma compreensão mais ampla dos processos socioeconômicos que produzem desigualdades e precarização do trabalho.

Nos últimos anos, há um crescente corpo de trabalhos que problematiza o ensino de empreendedorismo no Brasil e no mundo. Diversos estudos destacam a necessidade de uma educação empreendedora que equilibre a preparação para o mercado de trabalho com uma formação crítica e inclusiva (Pizolati, 2025). Pesquisas como as de Oliveira *et al*. (2016) debateram as possíveis relações entre o empreendedorismo e a precarização do trabalho, porém,

através de análises teóricas que não se voltaram especificamente para o ensino do empreendedorismo. Há também estudos que evidenciaram como a educação empreendedora contribui para a formação profissional dos estudantes de cursos profissionalizantes (Santos *et al*., 2023) e da educação básica (Miranda; Brito, 2023), mas sem o recorte crítico da precarização do trabalho. Costa e Caetano (2021), Duarte e Lopes (2025) e Pizolati (2025) investigaram as implicações do empreendedorismo no contexto educacional brasileiro, porém, por meio das recentes reformas curriculares à nível nacional, como a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio. Já Ribeiro *et al*. (2022) investigaram práticas concretas da educação empreendedora no Brasil, com foco em docentes do Ensino Superior.

Nesse sentido, há ainda escassez de investigações que examinem como o ensino de empreendedorismo é implementado especificamente nas grades curriculares dos cursos técnicos de nível médio (Oliveira *et al*., 2022; Santos *et al*., 2023; Sreenivasan; Suresh, 2023; Uemura *et al*., 2024). Além disso, embora as pesquisas que articulam empreendedorismo e precarização do trabalho tenham se ampliado nos últimos anos, ainda se observa a necessidade de estudos que investiguem como esses discursos se materializam no ensino dessa disciplina. Visto isso, este estudo busca responder o seguinte problema de pesquisa: como a educação empreendedora nos cursos técnicos de nível médio, ofertados por uma instituição federal de ensino do norte de Minas Gerais, tensiona ou reproduz aspectos associados à precarização do trabalho?

O obejtivo deste artigo é compreender em que medida o ensino de empreendedorismo nos cursos técnicos de nível médio ofertados por uma instituição federal de ensino do norte de Minas Gerais se aproxima ou se distancia de pressupostos relacionados à precarização do trabalho. Nesse sentido, buscamos identificar quais são as principais orientações, conteúdos, bibliografias e estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas no ensino de empreendedorismo na instituição, verificando em que medida a orientação dada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), nas ementas dos componentes curriculares de Empreendedorismo e nas práticas docentes se distancia ou se aproxima da precarização do trabalho. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, que incluiu a análise documental de PPCs e de ementas dos componentes curriculares, bem como entrevistas semiestruturadas com alunos e professores da instituição.

Nossos resultados contribuem para ampliar a compreensão de como o ensino de empreendedorismo é concebido e operacionalizado nos cursos técnicos integrados nas instituições federais de ensino, analisando em que medida a EPT cumpre seu papel crítico e emancipador ou, ao contrário, reforça práticas e discursos que legitimam a precarização do trabalho sob o discurso da autonomia, inovação e protagonismo juvenil. Essa problemática ganha relevância à luz das transformações ocorridas no mundo do trabalho e das reformas educacionais que frequentemente buscam adequar a formação escolar às exigências do mercado de trabalho, em detrimento de uma formação crítica e emancipatória (Costa; Caetano, 2022; Duarte; Lopes, 2025; Pizolati, 2025). Ao realizar essa análise, pretendemos contribuir para o debate sobre os rumos da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, especialmente no que se refere ao papel do ensino de empreendedorismo na formação de jovens trabalhadores e à necessidade de repensar projetos pedagógicos, ementas e práticas docentes que possam reproduzir, ainda que de forma indireta, as desigualdades e vulnerabilidades estruturais do mundo do trabalho.

2 Referencial teórico

2.1 Ensino do empreendedorismo: entre formação, mercado e subjetivação

A literatura acerca do conceito de empreendedorismo é marcada por múltiplas abordagens teóricas e metodológicas, que refletem diferentes compreensões acerca de seu papel econômico, social e formativo. Na tradição clássica, o empreendedorismo foi associado à inovação e à dinâmica do desenvolvimento econômico, tendo em Joseph Schumpeter um de seus principais expoentes, ao definir o empreendedor como agente de "destruição criativa" (Nogami, 2019). Posteriormente, especialmente no campo da Administração, o conceito foi ampliado para incorporar dimensões comportamentais, gerenciais e psicológicas. No contexto brasileiro, autores como Dolabela (1999) e Dornelas (2008) contribuíram para a difusão do empreendedorismo sob uma vertente instrumental e mercadológica, como o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades.

Já a educação empreendedora emerge como um desdobramento da centralidade atribuída ao empreendedorismo nas políticas públicas e nas agendas educacionais, especialmente a partir dos anos 1990. O ensino do empreendedorismo tem se consolidado, nas últimas décadas, como um dos eixos centrais das políticas educacionais contemporâneas, especialmente no âmbito da educação profissional e tecnológica (Santos *et al*., 2023). De acordo com Oliveira *et al*. (2022), a noção mais presente do ensino do empreendedorismo na EPT ainda possui uma lógica economicista, enfatizando a empregabilidade, a inovação e a adaptação às demandas do mercado, em detrimento de uma formação crítica. Os autores destacam que o conceito está associado à obtenção de recompensas econômicas e pessoais com a criação de um empreendimento novo e diferente, a partir da assunção de riscos financeiros, psicológicos e sociais. Nessa perspectiva, o empreendedorismo é frequentemente compreendido como o processo de criação de novos negócios, sendo comumente associado às *startups* e ao aproveitamento de oportunidades de mercado. Como destaca Naudé (2010), essa orientação é particularmente difundida em países periféricos, nos quais o empreendedorismo é frequentemente apresentado como solução para o desemprego estrutural e para a informalidade, transferindo exclusivamente para o indivíduo a responsabilidade por sua sobrevivência econômica.

Entretanto, essa perspectiva de empreendedorismo como sinônimo de sucesso tem sido amplamente problematizada por abordagens críticas que evidenciam seus limites analíticos e implicações sociais. Antunes (2020) argumenta que o discurso empreendedor emerge como resposta às transformações do capitalismo contemporâneo, marcadas pela flexibilização das relações de trabalho, pela redução do emprego formal e pela expansão do trabalho precarizado. O empreendedorismo é frequentemente apresentado como alternativa ao desemprego, contribuindo, contudo, para a intensificação da exploração e a transferência de riscos para o indivíduo. De forma semelhante, Oliveira *et al*. (2016) afirmam que o empreendedorismo frequentemente é associado a promessa de sucesso, desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida, porém, ao mesmo tempo, reforça formas de trabalho autônomo desprovidas de proteção social e direitos trabalhistas, levando, com isso, a um fortalecimento do processo de precarização do trabalho.

Autores como Bröckling (2016) argumentam que o empreendedorismo contemporâneo extrapola a prática econômica, constituindo-se como um modelo normativo de subjetivação. Nessa direção, Oliveira *et al*. (2016) destacam que o neoliberalismo opera não apenas como uma racionalidade econômica, mas como uma forma de governo que produz sujeitos orientados pela lógica da concorrência e da autogestão. Para os autores, sob os discursos do "crie seu próprio negócio" e "seja seu próprio patrão", o indivíduo é interpelado a se compreender como

"empresa de si mesmo", responsabilizando-se por seu próprio sucesso ou fracasso.

Essa lógica é amplamente incorporada nos sistemas educacionais, nos quais a formação empreendedora se torna um mecanismo de internalização de valores como autonomia, flexibilidade, resiliência e competitividade (Hadley, 2026). De forma semelhante, Pizolati (2025) evidencia que o neoliberalismo redefine a própria finalidade da educação, subordinando-a à lógica do mercado e à formação de sujeitos economicamente úteis. Para o autor, essa racionalidade implica a despolitização da educação empreendedora e a redução de seu potencial crítico.

Assim, a consolidação do ensino de empreendedorismo na educação profissional e tecnológica brasileira está alinhada à aproximação entre educação e mercado de trabalho, e vem acompanhada da busca por promover valores e comportamentos alinhados aos princípios do neoliberalismo, marcados pela reestruturação produtiva, pela flexibilização do trabalho e pela crescente responsabilização individual por sua inserção laboral (Duarte; Lopes, 2025). Nesse contexto, a educação empreendedora passa a ser concebida não apenas como um conjunto de conhecimentos e habilidades voltados à criação de negócios, mas como um dispositivo formativo orientado à produção de subjetividades alinhadas ao neoliberalismo.

2.2 O ensino do empreendedorismo em documentos institucionais e nas práticas docentes

No contexto brasileiro, a incorporação do empreendedorismo nos currículos da educação profissional e tecnológica tem sido impulsionada por documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza competências socioemocionais e a formação para o mundo do trabalho (Brasil, 2018). De modo geral, o ensino de empreendedorismo na educação básica busca preparar os estudantes para a vida pessoal, profissional e social, estimulando o pensamento crítico, a criatividade, a autonomia e a responsabilidade, além de fomentar a cultura empreendedora por meio da identificação de oportunidades, da resolução de problemas e do trabalho colaborativo (Miranda; Brito, 2023).

A educação empreendedora abrange uma ampla variedade de objetivos, não se restringindo à preparação de indivíduos para a abertura de negócios (Uemura *et al*., 2024). Conforme discutem Neck e Greene (2011), a definição dos métodos pedagógicos depende diretamente dos objetivos formativos: enquanto a preparação para a criação de empresas exige o desenvolvimento de habilidades técnicas específicas, a promoção de uma mentalidade empreendedora requer ênfase em atitudes, valores e competências mais amplas. Nessa direção, Hadley (2026) argumenta que a educação empreendedora, especialmente no contexto juvenil, deve priorizar o desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora, incluindo criatividade, resiliência e capacidade de resolução de problemas, em vez de se limitar à formação voltada à criação de negócios. Para o autor, essa abordagem deve ser transversal ao currículo e não restrita a componentes curriculares específicos, sendo mediada por docentes adequadamente preparados.

Entretanto, Hadley (2026) também destaca que muitos programas permanecem centrados em habilidades técnicas e resultados tangíveis, como a elaboração de planos de negócios e o desenvolvimento de produtos, o que pode limitar o desenvolvimento de competências mais amplas, como adaptabilidade e pensamento crítico. Assim, o autor defende a necessidade de equilibrar competências técnicas, como educação financeira e estratégias de marketing, com dimensões formativas mais críticas e abrangentes.

No que se refere às abordagens pedagógicas, Neck e Greene (2011) propõem que o empreendedorismo seja ensinado como um método, baseado em práticas que incentivem os

estudantes a pensar e agir como empreendedores. As autoras identificam quatro perspectivas principais para o ensino de empreendedorismo: a abordagem centrada no comportamento e no perfil do empreendedor; a abordagem orientada ao processo de criação e planejamento de negócios; a abordagem cognitiva, voltada ao desenvolvimento de habilidades de tomada de decisão; e a abordagem experiencial, baseada na aprendizagem prática. Apesar dessa diversidade, observa-se a predominância nos currículos escolares de perspectivas ancoradas na racionalidade de mercado, nas quais o empreendedor é concebido como um agente orientado à identificação de oportunidades e à maximização de resultados (Oliveira *et al*., 2022).

Essa orientação se reflete nas práticas pedagógicas adotadas pelos docentes. Estudos indicam a coexistência de estratégias passivas e ativas no ensino de empreendedorismo (Américo *et al*., 2026; Miranda; Brito, 2023; Silva; Pratus, 2017; Uemura *et al*., 2024). As estratégias passivas caracterizam-se por experiências em que os estudantes assumem um papel mais receptivo, com menor estímulo ao desenvolvimento de competências e atributos empreendedores, como aulas expositivas, estudos de caso, seminários e palestras com empreendedores.

Já as estratégias ativas enfatizam a aprendizagem baseada na ação, envolvendo atividades como visitas técnicas a empresas, mentorias, elaboração de planos de negócios, *Business Model Canvas*, participação em incubadoras, jogos empresariais, projetos interdisciplinares, simulações, empresas juniores e *design thinking* (Américo *et al*., 2026; Miranda; Brito, 2023; Silva; Pratus, 2017; Uemura *et al*., 2024). Carvalho *et al*. (2022) afirmam que, na educação empreendedora aplicada ao ensino médio, observa-se frequentemente a busca por parcerias entre instituições de ensino, comunidades e empresas locais, com o objetivo de promover situações de aprendizagem contextualizadas.

Embora essas estratégias de ensino-aprendizagem possam favorecer o engajamento dos estudantes, elas não garantem, por si só, uma formação crítica. Como argumenta Pizolati (2025), a centralidade da experiência deve ser acompanhada de reflexão sobre os fundamentos e as implicações das práticas educativas. Já no que se refere às bibliografias nas ementas, observa-se a recorrente utilização de autores como Dornelas e Dolabela (Martins; Rostas, 2017), o que reforça a predominância de uma abordagem voltada à criação de negócios e à gestão empresarial.

Oliveira *et al*. (2022), ao analisarem cursos técnicos de uma instituição federal, identificam uma abordagem predominantemente empresarial nos documentos institucionais, com pouca atenção às dimensões sociais, humanas e ambientais. De forma semelhante, Siqueira e Plese (2024) apontam que o ensino de empreendedorismo nos PPCs analisados ocorre de maneira pontual e superficial, através apenas de um único componente curricular durante todo o curso, sem articulação interdisciplinar, com forte concentração de conteúdos em marketing digital e ausência de discussões sobre formação omnilateral, contexto social dos estudantes e sobre o mundo do trabalho. Além disso, o ensino de empreendedorismo tende a abordar primordialmente temas como características do empreendedor, seu papel na sociedade, desenvolvimento de competências e empreendedorismo como opção de carreira, especialmente considerando o momento de inserção dos jovens no mercado de trabalho (Uemura *et al*., 2024).

Esses achados indicam a predominância de uma pedagogia empreendedora baseada na racionalidade econômica neoliberal, caracterizada pela ênfase em habilidades gerenciais, planejamento e inovação (Alves *et al*., 2021). Tal orientação dialoga com a difusão de uma lógica meritocrática e individualizante, na qual o sucesso é atribuído ao esforço individual, desconsiderando as desigualdades estruturais. Nessa perspectiva, a ênfase em competências individuais pode reforçar uma visão instrumental da educação empreendedora, subordinando-a

às demandas do mercado e reduzindo sua função formativa crítica (Pizolati, 2025). Essa perspectiva de educação empreendedora não só vende uma ilusão, mas reduz a escola como fábrica de subjetividades neoliberais para a nova economia, bem como não serve para pensar uma sociedade mais justa e uma educação mais inclusiva (Alves *et al*., 2021).

Em contraposição, a proposta de currículo integrado na educação profissional e tecnológica propõe a articulação entre trabalho, ciência e cultura, visando a uma formação omnilateral e possibilitando a construção de uma compreensão crítica da realidade social (Pizolati, 2025). No entanto, pesquisas anteriores indicam a existência de tensões entre essa perspectiva no ensino de empreendedorismo e as práticas efetivamente desenvolvidas na educação profissional e tecnológica. Estudos como os de Duarte e Lopes (2025) e Siqueira e Plese (2024) apontam para uma discrepância entre o discurso crítico presente nos PPCs e a abordagem predominantemente instrumental e mercadológica observada nas práticas docentes. Essa contradição revela que a formação empreendedora nem sempre se alinha aos pressupostos de uma formação omnilateral e politécnica propostos pela EPT.

Diante desse cenário, abordagens críticas do ensino de empreendedorismo têm defendido a incorporação de temas como desigualdade, poder e justiça social (Dey; Steyaert, 2016), deslocando o foco da formação exclusivamente técnica para uma perspectiva reflexiva. Tal abordagem implica questionar as narrativas dominantes que associam empreendedorismo a sucesso individual, desconsiderando as condições estruturais que limitam as possibilidades de ação.

Dessa forma, a análise de documentos institucionais e de práticas docentes evidencia tensões entre distintos projetos educativos: de um lado, a defesa de uma formação crítica e integrada; de outro, a incorporação de uma lógica neoliberal orientada à adaptação ao mercado (Duarte; Lopes, 2025). Assim, compreender as orientações teóricas e práticas do ensino de empreendedorismo nos documentos institucionais e nas práticas docentes torna-se fundamental para analisar em que medida esses dispositivos contribuem para reproduzir ou tensionar a lógica da precarização do trabalho no contexto da educação profissional e tecnológica.

3 Procedimentos metodológicos

Para atingir o objetivo proposto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo. A coleta de dados foi realizada mediante dados primários e secundários, por meio de pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas com alunos e professores de uma instituição federal de ensino do norte de Minas Gerais.

A pesquisa documental foi realizada com base na proposta de Pimentel (2001), sobre a coleta e organização do material levantado. Consideramos como fontes de dados da pesquisa documental as ementas e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) técnicos de nível médio ofertados pela instituição. Embora as ementas estejam incluídas nos PPCs, elas foram analisadas separadamente devido ao seu enfoque e direcionamento específicos para os componentes curriculares de Empreendedorismo, examinando elementos como carga horária, unidades temáticas, áreas de integração, bibliografia básica e complementar.

Foram analisados os PPCs e ementas de todos os cursos que contemplavam o componente curricular de Empreendedorismo na grade curricular da instituição nos anos de 2022 e 2023, à saber: 1) Curso Técnico em Eletrotécnica nas modalidades Concomitante e Subsequente (PPC, 2022a); 2) Curso Técnico em Informática na modalidade Integrado ao Ensino Médio (PPC, 2022b); 3) Curso Técnico em Informática para a Internet nas modalidades Concomitante e Subsequente (PPC, 2022c); e 4) Curso Técnico em Edificações nas

modalidades Concomitante e Subsequente (PPC, 2023). Os PPCs, disponibilizados no site da própria instituição, foram analisados considerando-se os seguintes elementos: o enfoque pedagógico, a organização e a estrutura curricular, bem como as orientações, conteúdos e referências do componente curricular investigado. Além de uma leitura abrangente dos documentos, foram buscados termos como "mundo do trabalho", "mercado de trabalho", "precarização", "sujeito crítico", "autonomia", "emancipação", "protagonismo", entre outras.

Também foram realizadas 19 entrevistas semiestruturadas, sendo 3 com professores e 16 com alunos dos cursos técnicos. Os docentes participantes foram selecionados com base no critério de acessibilidade e por terem ministrado o componente curricular de Empreendedorismo nos cursos técnicos de nível médio da instituição no período de 2022 a 2023. A seleção dos estudantes, por sua vez, baseou-se no fato de terem cursado o referido componente curricular no mesmo intervalo temporal. Inicialmente, para a seleção dos estudantes participantes, foi realizado contato com os coordenadores dos cursos e com a secretaria da instituição. Posteriormente, adotou-se a técnica de amostragem em bola de neve (*snowball*), a partir da qual os participantes inicialmente contatados indicaram novos potenciais participantes para a pesquisa. O número de participantes foi definido com base no critério de saturação teórica. Assim, as entrevistas foram conduzidas até o momento em que as informações obtidas passaram a apresentar recorrência de temas e argumentos, sem a emergência de novos elementos analíticos relevantes para o objetivo da pesquisa.

Foram elaborados roteiros de entrevistas distintos para cada grupo de participantes da pesquisa. Assim, um roteiro foi direcionado aos professores entrevistados e outro aos estudantes, considerando as especificidades de suas experiências, posições institucionais e formas de interação com o componente curricular de Empreendedorismo, o que possibilitou explorar tanto aspectos relacionados às práticas pedagógicas e concepções docentes quanto às percepções e experiências dos estudantes em relação ao ensino de empreendedorismo. As entrevistas foram realizadas de forma individual no primeiro semestre de 2024, através do *Google Meet*, com duração média aproximada de 50 minutos cada.

Esta pesquisa foi submetida à autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Associação Educativa do Brasil. Após a aprovação deu-se início ao processo de pesquisa. Todos os participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Quanto à identificação dos participantes entrevistados, vale destacar que, a fim de preservar o anonimato de suas identidades e a confidencialidade de seus dados, foram utilizados códigos alfanuméricos para sua referência ao longo do texto. Assim, os alunos entrevistados foram identificados pela letra "a" e os professores pela letra "p", seguidas de numeração aleatória. O quadro abaixo (Quadro 1) sintetiza os participantes da pesquisa de acordo com sua atuação nos cursos técnicos de nível médio da instituição.

Quadro 1 – Participantes entrevistados

Técnico em Informática (integrado)
p1 - p3 - a5 - a6 - a7 - a13
Técnico em Informática para a Internet (concomitante e subsequente)
p1 - p3 - a1 - a2 - a3 - a8
Técnico em Edificações (concomitante e subsequente)
p2 - a4 - a10 - a11 - a16
Técnico em Eletrotécnica (concomitante e subsequente)
p1 - p2 - p3 - a9 - a12 - a14 - a15

Fonte: elaborado pelos autores.

As entrevistas foram gravadas com a autorização dos participantes, transcritas em documentos de texto e posteriormente analisadas através de Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2011). A operacionalização da Análise de Conteúdo seguiu as seguintes etapas: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; e d) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

4 Resultados e discussões

Esta seção está estruturada em duas etapas complementares, articulando análise documental e evidências empíricas provenientes das entrevistas. A primeira parte diz respeito à análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), que revelou uma ênfase na formação integral e crítica dos estudantes. Posteriormente são analisadas as ementas dos componentes curriculares de Empreendedorismo e as entrevistas realizadas com docentes e discentes, que evidenciaram uma formação pautada na lógica empresarial e a ausência de referências críticas ao mundo do trabalho.

4.1 Análise e discussão dos PPCs: ênfase na formação crítica e emancipadora

A análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) evidencia que, no plano discursivo, os cursos técnicos investigados se estruturam a partir de referenciais que dialogam com perspectivas críticas de educação, especialmente aquelas vinculadas à formação humana integral, à politecnia e à emancipação dos sujeitos. O PPC do Curso Técnico em Edificações (2023), por exemplo, explicita o compromisso com uma "formação prática, realista, cidadã e solidária", voltada ao desenvolvimento de "profissionais críticos, éticos e reflexivos". Tal formulação delimita um horizonte formativo caracterizado pela constituição de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade social, como preconiza Pizolati (2025) e previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2021).

Essa orientação ganha maior densidade quando o documento explicita a necessidade de aproximação entre formação e mundo do trabalho, propondo uma organização curricular que privilegie a interdisciplinaridade, a integração entre núcleos formativos e a formação politécnica. Nesse sentido, observa-se um alinhamento com a concepção de currículo integrado defendida por Pizolati (2025), na qual os conhecimentos não são tratados de forma fragmentada, mas articulados em uma perspectiva que permite ao educando apreender a totalidade dos processos sociais e produtivos.

No caso específico do PPC de Edificações , consta também uma orientação para a superação da dicotomia trabalho manual *versu*s trabalho intelectual, articulando formação técnica e reflexão crítica (PPC, 2023). Essa diretriz indica uma compreensão ampliada do trabalho, não restrita à sua dimensão instrumental, mas entendida como categoria fundante da vida social.

De modo semelhante, o PPC do Curso Técnico em Eletrotécnica (2022a) e o PPC do Curso Técnico em Informática (2022b) incorporam princípios que reforçam a centralidade da autonomia, da criticidade e da responsabilidade na formação dos estudantes. A valorização de competências como iniciativa, criatividade e pensamento crítico evidencia a tentativa de formar sujeitos capazes de atuar de maneira reflexiva no mundo do trabalho e na sociedade, como

evidenciado por Miranda e Brito (2023). Além disso, ambos os PPCs evidenciam a oferta de integração de componentes curriculares voltados para uma compreensão crítica do mundo do trabalho. Tal diretriz sugere a intencionalidade institucional de abordar as condições contemporâneas do mundo do trabalho, contemplando suas contradições, assimetrias e processos de precarização.

Entretanto, essa perspectiva não se apresenta de forma homogênea em todos os PPCs analisados. No PPC do Curso Técnico em Informática para Internet (2022c), embora se identifiquem elementos da formação integral, ética e crítica, observa-se a presença mais explícita de uma orientação alinhada às demandas do mercado. O documento enfatiza a necessidade de desenvolver competências voltadas a "maximizar a eficiência do trabalho nas organizações", à geração de renda e à adaptação às exigências do mercado de trabalho, "ampliando as possibilidades dos egressos, transformando-os em empreendedores", o que revela a incorporação de elementos da racionalidade neoliberal no discurso educacional, como evidenciado por Duarte e Lopes (2025).

Essa racionalidade neoliberal no discurso educacional revela a centralidade do "empresariamento de si" também na EPT. Nesse contexto, o sujeito é interpelado a se constituir como empreendedor de si mesmo, internalizando valores como competitividade, eficiência e produtividade. Tal processo, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de ação individual, também desloca para o indivíduo a responsabilidade por sua inserção no mercado de trabalho, obscurecendo as determinações estruturais que condicionam essa inserção. Essa formulação aproxima-se das críticas de Antunes (2020), que identifica no discurso empreendedor uma estratégia ideológica que legitima novas formas de exploração do trabalho, baseadas na flexibilização e na precarização. Além disso, evidencia que o neoliberalismo redefine a própria finalidade da EPT, subordinando-a à lógica do mercado e à formação de sujeitos economicamente úteis (Pizolati, 2025).

No entanto, mesmo nesse contexto, o documento mantém referências à formação crítica e à compreensão global do processo de trabalho, evidenciando uma ambiguidade estrutural. Por um lado, há a incorporação de princípios da educação emancipadora; por outro, observa-se a presença de elementos que reforçam uma racionalidade neoliberal no discurso educacional.

4.2 Análise e discussão das ementas e das entrevistas: foco na lógica empresarial e ausência de referências críticas ao mundo do trabalho

De acordo com as ementas analisadas, os componentes curriculares de Empreendedorismo são lecionados sempre no último ano dos cursos. Quando o curso possui duração de dois anos, como é o caso do Técnico em Edificações e do Técnico em Eletrotécnica, a carga horária do componente curricular é de quarenta horas-aula. Quando o curso possui duração de três anos, como é o caso do Técnico em Informática, a carga horária é de oitenta horas-aula. Já o Curso Técnico em Informática para Internet possui duração de um ano e meio e a carga horária do componente curricular também é de oitenta horas-aula.

Em nenhuma parte das ementas são evidenciadas áreas de integração das disciplinas de Empreendedorismo com outros componentes curriculares. De maneira geral, esses dados corroboram os achados de Siqueira e Plese (2024) ao evidenciar que o ensino do empreendedorismo geralmente ocorre de maneira isolada e fragmentada, sem articulação interdisciplinar, através apenas de um único componente curricular durante todo os cursos, contrastando o indicado por Hadley (2026), que a educação empreendedora deve ser transversal

ao currículo e não restrita a disciplinas específicas.

Em contraste com os PPCs, a análise das ementas dos componentes curriculares de Empreendedorismo na insitutição revela uma orientação significativamente distinta. Em todos os cursos investigados, as ementas estão centradas em conteúdos voltados à lógica empresarial, como criação de novos negócios, identificação de oportunidades, características do perfil empreendedor, gestão de recursos e elaboração de planos de negócio, convergindo com os achados de Uemura *et al*. (2024).

As entrevistas com professores e discentes evidenciam um alinhamento com os achados da análise das ementas. O ensino do empreendedorismo, segundo os entrevistados, é predominantemente orientado por uma perspectiva mercadológica, centrada no desenvolvimento de competências empreendedoras, na criação de novos negócios e na adaptação às demandas do mercado de trabalho, como pode ser visto nos relatos abaixo:

> "Formar profissionais para serem líderes, para serem empreendedores, gerenciar equipes, gerenciar projetos e, além disso, incentivar a criação de novos negócios, para favorecer novas oportunidades de trabalho e desenvolvimento econômico. Mostrar que ele pode ser dono do próprio negócio, que pode montar sua própria empresa, gerando oportunidades para ele e para outras pessoas. É, acima de tudo, desenvolver comportamento empreendedor, atitudes, uma visão de futuro, inovação, saber trabalhar em equipe, ser organizado, disciplinado. Esse é o perfil mais desejado pelas empresas, pelo mercado de trabalho. Então a função da instituição de ensino, da academia, é preparar esses jovens para essa realidade do mercado, né?" (p1).

> "O que a gente faz na disciplina é incentivar os alunos a de repente abrir o próprio negócio ou desenvolver um produto inovador, uma tecnologia nova" (p3).

A partir dos trechos acima, fica evidente que a educação empreendedora na instituição investigada orienta-se para a formação de sujeitos capazes de assumir funções de liderança, gestão e inovação, enfatizando o desenvolvimento de competências comportamentais alinhadas às demandas do mercado de trabalho, como proatividade, flexibilidade, disciplina, capacidade de adaptação e trabalho em equipe. Essa abordagem evidencia uma educação empreendedora fortemente ancorada em pressupostos mercadológicos, orientada à acumulação de capital e ao crescimento econômico, com pouca atenção às dimensões sociais, humanas e ambientais, como evidenciado por Oliveira *et al*. (2022).

É possível destacar também a valorização de um perfil profissional multifuncional, apto não apenas à inserção no mercado de trabalho, mas também à criação do próprio negócio, independentemente das condições sociais e estruturais que atravessam o mundo do trabalho. Tal perspectiva converge com a análise de Antunes (2020) acerca da crescente flexibilização das relações de trabalho e da exigência de trabalhadores polivalentes, adaptáveis às dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Além disso, as falas dos docentes reforçam a compreensão da instituição educacional como responsável por preparar os estudantes para as exigências mercadológicas, deslocando exclusivamente para o indivíduo a responsabilidade pela empregabilidade e geração de renda. Conforme argumentam Oliveira *et al*. (2016), esse processo contribui para a transformação de trabalhadores assalariados em trabalhadores autônomos cada vez mais precarizados, frequentemente desvinculados de direitos trabalhistas e proteções sociais, favorecendo também fenômenos como a "pejotização" das relações de trabalho.

Observa-se também que todas as ementas analisadas enfatizam o estudo do perfil empreendedor, ou "espírito empreendedor", e a formação de capacidades empreendedoras.

Nesse sentido, a valorização do "espírito empreendedor" pode ser compreendida, à luz de Ferraz e Ferraz (2022), como uma atualização do "espírito capitalista", que é apresentado como solução para as contradições do próprio sistema capitalista, ao mesmo tempo em que contribui para a produção da exploração. Assim, o perfil empreendedor amplamente difundido nas ementas e nas práticas docentes tende a reforçar a ideia de que o sucesso econômico depende prioritariamente de atributos individuais, apresentando o empreendedorismo como alternativa quase exclusiva frente ao desemprego e reforçando formas de trabalho autônomo desprovidas de proteção social e direitos trabalhistas, como proposto por Alves *et al*. (2021) e Oliveira *et al*. (2016).

A ausência de conteúdos e referências críticas ao mundo do trabalho é particularmente significativa, convergindo com os achados de Siqueira e Plese (2024). Temas como relações de trabalho, desigualdade, precarização do trabalho e direitos trabalhistas não aparecem em nenhuma das ementas analisadas, o que indica uma lacuna importante na formação dos estudantes. Nem mesmo o tema "trabalho" é contemplado nas ementas. Os próprios docentes reconhecem, durante as entrevistas, que a temática do trabalho, em sua dimensão crítica, não é abordada de forma sistemática no componente curricular.

Porém, contrariando as respostas de quinze dos dezesseis alunos pesquisados, dois professores entrevistados mencionaram refletir sobre o trabalho em suas práticas pedagógicas, indo além do que é contemplado nas ementas, em uma reflexão sobre tendências atuais e futuras do mercado de trabalho nas áreas dos cursos técnicos, a fim de identificar oportunidades de empreender e desenvolver soluções, como ilustra o trecho abaixo:

> "Uma estratégia que nós utilizamos muito na disciplina de Empreendedorismo é trazer depoimentos de empreendedores aqui da cidade para compartilhar com os estudantes essa reflexão sobre as novas exigências do trabalho. Então propomos sempre essa reflexão sobre o mundo do trabalho atual e futuro. Uma outra estratégia que utilizo também é um debate sobre as tendências da área do curso técnico. Quais as tendências atuais e futuras do mercado de trabalho para a área, quais as oportunidades para empreender, desenvolver soluções, produtos, serviços e negócios" (p1).

Assim, os resultados da pesquisa indicam que, de modo geral, o ensino de empreendedorismo na instituição tende a se aproximar mais da reprodução de condições precárias do que de sua problematização. A ausência de discussões sistemáticas sobre precarização do trabalho nas práticas pedagógicas contribui para a naturalização de formas flexibilizadas de trabalho, como o trabalho autônomo e por plataformas digitais, corroborando as críticas de Alves *et al*. (2021) e Pizolati (2025) acerca da visão instrumental da educação empreendedora, subordinada à lógica do mercado e à formação de sujeitos economicamente úteis, reduzindo sua função formativa crítica.

As entrevistas com os estudantes reforçam esses achados, como pode ser observado nos trechos abaixo. De modo geral, os alunos compreendem o empreendedorismo como preparação para abrir novos negócios e requisitos para atender as exigências do mercado, sobre "o que é certo, o que é errado, as condutas do colaborador dentro e fora da empresa (a11)". Essa abordagem vai de encontro à perspectiva de Uemura *et al*. (2024) de que a educação empreendedora não deve se restringir à preparação de indivíduos para a abertura de negócios.

> "A disciplina de empreendedorismo mostra como funciona o mercado. Ela meio que te prepara para o trabalho. O trabalho sobre principalmente abrir uma empresa" (a4).

> "Eu acho que na disciplina de Empreendedorismo era tudo muito as mil maravilhas.

> O professor sempre trazia aquele tópico do que a gente podia trabalhar no mercado, falava que o mercado é enorme, que está muito em alta e só vai crescer. Então era tudo muito as 1000 Maravilhas" (a1).

> "Vou falar sobre a precarização do trabalho no geral. Se você pegar uma empresa como o iFood, o trabalhador pode estar numa situação precária. Por exemplo, não tem contrato na carteira de trabalho, atua como microempreendedor individual e não tem direitos trabalhistas. E eu sinto que na disciplina de Empreendedorismo isso deveria ser tratado com muito mais ênfase, já que é uma disciplina totalmente voltada para o mercado de trabalho" (a5).

As entrevistas com os discentes revelam uma ênfase dada a aspectos técnicos e operacionais no componente curricular, com pouco debate sobre o mundo do trabalho, o que evidencia a internalização do discurso empreendedor e uma visão acrítica sobre o mercado de trabalho, o qual, muitas vezes, é retratado como quase perfeito, "as mil maravilhas". As falas dos estudantes evidenciam tanto desconhecimento quanto percepções fragmentadas sobre a precarização do trabalho. Dentre os dezesseis alunos pesquisados, nove não tinham conhecimento sobre o tema "precarização do trabalho" e apenas um reconheceu ter havido reflexão sobre o trabalho precarizado nas aulas de empreendedorismo. Alguns discentes identificaram as contradições entre o discurso empreendedor e a realidade do mercado, apontando dificuldades de inserção profissional e a presença de vínculos precários, mas relataram sentir falta dessa discussão no ensino de empreendedorismo, como destacado no último trecho acima.

No que se refere às bibliografias básicas e complementares das ementas analisadas, os resultados deste estudo convergem parcialmente com os achados de Martins e Rostas (2017), ao evidenciar a centralidade de determinados autores no ensino de empreendedorismo. Observa-se a recorrência de José Carlos Dornelas como o único autor comum a todas as ementas, enquanto Fernando Dolabela é referenciado exclusivamente na ementa do Curso Técnico em Edificações. Ademais, autores como Roberto Ferrari, Peter Gloor e Paulo Sabbag aparecem de forma compartilhada na bibliografia básica de duas ementas. De modo geral, tal configuração bibliográfica também reforça a predominância de uma abordagem centrada na criação de negócios e na gestão empresarial, e a ausência de referências críticas sobre o mundo do trabalho.

Em relação às práticas docentes, foi possivel observar a coexistência de estratégias passivas e ativas no ensino de empreendedorismo, confirmando os achados de Américo *et al*. (2026), Miranda e Brito (2023), Silva e Pratus (2017) e Uemura *et al*. (2024). De acordo com as entrevistas, as atividades desenvolvidas nos componentes curriculares refletem a busca por metodologias ativas e aprendizagem experiencial, como a elaboração de planos de negócio, a participação em projetos, jogos de empresas e o uso de ferramentas como o *Business Model Canvas*, conforme ilustra o trecho abaixo:

> "Sobre as competências e habilidades exigidas para o empreendedor, a gente vai e culmina com o plano de negócio. Plano negócio ainda é, para mim, o cerne para um curso técnico" (p2).

Os professores entrevistados reforçaram também iniciativas institucionais voltadas à aproximação com o mercado de trabalho, como parcerias com empresas, com o SEBRAE, depoimentos de empreendedores da cidade, incubadoras e atividades de inovação, convergindo com os achados de Carvalho *et al*. (2022) sobre a educação empreendedora aplicada ao ensino

médio frequentemente buscar parcerias entre instituições de ensino, comunidades e empresas locais, a fim de promover situações de aprendizagem mais contextualizadas.

Dessa forma, a análise dos PPCs, das ementas e de práticas docentes no ensino de empreendedorismo na instituição evidencia tensões entre distintos projetos educativos. A discrepância nos documentos institucionais evidencia um desalinhamento entre o discurso institucional presente nos PPCs e as práticas curriculares efetivamente desenvolvidas, confirmando as tensões apontadas por Duarte e Lopes (2025) e Siqueira e Plese (2024). De um lado, há a defesa nos PPCs por uma formação crítica, integrada e emancipadora. De outro, há a incorporação nas ementas e nas práticas docentes de uma lógica neoliberal orientada à adaptação ao mercado, que tende a invisibilizar processos de flexibilização e precarização do trabalho.

Portanto, a análise das principais orientações, conteúdos, bibliografias e estratégias de ensino-aprendizagem presentes nos documentos institucionais e nas práticas docentes evidenciou que o ensino de empreendedorismo na instituição tende mais a invisibilizar e naturalizar os pressupostos da precarização do trabalho na educação profissional e tecnológica do que a problematizá-los criticamente. Esses resultados evidenciam a necessidade de repensar o ensino de empreendedorismo na instituição, implicando a revisão de conteúdos curriculares e de práticas pedagógicas, incorporando uma abordagem crítica que permita aos estudantes compreender as relações de poder e exploração que estruturam o mundo do trabalho. Como sinaliza Pizolati (2025), é necessário fomentar uma educação empreendedora que equilibre a preparação para o mercado de trabalho com uma formação que estimule o pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes na busca por equidade e justiça social.

5 Considerações finais

Este estudo objetivou compreender em que medida o ensino de empreendedorismo nos cursos técnicos de nível médio ofertados por uma instituição federal de ensino do norte de Minas Gerais se aproxima ou se distancia de pressupostos relacionados à precarização do trabalho. Os resultados da pesquisa permitiram identificar contradições entre o discurso institucional presente nos PPCs e as práticas curriculares efetivamente desenvolvidas no ensino de empreendedorismo, evidenciando projetos educacionais distintos.

Os PPCs analisados apresentam, em nível discursivo, princípios vinculados à formação crítica, à politecnia, à integração curricular e à emancipação dos sujeitos. Há, nos PPCs, a defesa de uma educação voltada ao desenvolvimento de profissionais críticos, éticos e reflexivos, capazes de compreender o trabalho para além de sua dimensão instrumental. Contudo, essa perspectiva não se materializa nas ementas e nas práticas docentes relacionadas ao ensino de empreendedorismo. Constatamos que os conteúdos curriculares, as bibliografias dos componentes curriculares e as estratégias de ensino-aprendizagem analisadas privilegiam, predominantemente, abordagens instrumentais e orientadas ao mercado, contribuindo para a reprodução de uma racionalidade neoliberal no ensino de empreendedorismo. Tal configuração evidencia a centralidade de uma lógica formativa pautada no empresariamento de si e na responsabilização individual pela inserção profissional.

Além disso, constatamos a ausência de discussões sistemáticas sobre precarização do trabalho, desigualdades sociais, flexibilização das relações laborais e direitos trabalhistas nas ementas, nas referências bibliográficas e nas práticas docentes analisadas, indicando uma lacuna importante na formação dos estudantes. De modo geral, os alunos entrevistados compreendem o empreendedorismo majoritariamente como a preparação para a abertura de

novos negócios e o desenvolvimento de competências voltadas ao mercado de trabalho. Desse modo, o ensino de empreendedorismo na instituição tende mais a invisibilizar e naturalizar os pressupostos da precarização do trabalho na educação profissional e tecnológica do que a problematizá-los criticamente.

Portanto, consideramos necessário repensar o ensino de empreendedorismo na instituição, especialmente no que se refere às ementas dos componentes curriculares e às práticas docentes, de modo a incorporar perspectivas críticas que possibilitem aos estudantes compreender as relações de poder e exploração que estruturam o mundo do trabalho. Nesse sentido, torna-se fundamental promover uma educação empreendedora que ultrapasse abordagens estritamente mercadológicas e instrumentalizantes, articulando a preparação para o mundo do trabalho com uma formação crítica, reflexiva e socialmente comprometida, capaz de estimular a participação ativa dos estudantes na construção de relações sociais mais justas e equitativas.

No âmbito teórico, este estudo contribui para o avanço das discussões sobre educação empreendedora na Educação Profissional e Tecnológica ao evidenciar as contradições existentes entre discursos institucionais de formação emancipadora e práticas pedagógicas alinhadas à lógica neoliberal. A pesquisa também amplia o debate sobre precarização do trabalho no contexto educacional, demonstrando como determinadas abordagens do ensino de empreendedorismo podem atuar na invisibilização das relações de exploração presentes no mundo do trabalho. Além disso, os resultados reforçam a necessidade de compreender a educação empreendedora não apenas como um conjunto de competências técnicas e empresariais, mas como um fenômeno social, político e econômico atravessado por disputas de sentido e projetos formativos distintos.

Do ponto de vista prático e institucional, nosso estudo contribui para ampliar a compreensão de como o ensino de empreendedorismo é concebido e operacionalizado nos cursos técnicos de nível médio nas instituições federais de ensino, analisando em que medida a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil cumpre seu papel emancipador ou, ao contrário, naturaliza práticas e discursos que legitimam a precarização do trabalho sob o discurso da autonomia, inovação e protagonismo juvenil. Nesse sentido, nosso estudo indica a necessidade de formação continuada de professores e de revisões permanentes de ementas e práticas docentes relacionadas ao ensino de empreendedorismo na EPT, a fim de ampliar a inserção de debates críticos sobre o mundo do trabalho e promover uma educação empreendedora que articule formação técnica, consciência crítica e compromisso social. Além disso, evidenciamos a importância de superar a lógica isolada e fragmentada do ensino de empreendedorismo nos cursos técnicos de nível médio, favorecendo práticas interdisciplinares e uma abordagem transversal do tema ao longo da formação técnica.

Como principal limitação do estudo, destacamos a análise do ensino de empreendedorismo em uma única instituição federal de ensino e em um conjunto específico de cursos técnicos, restringindo a compreensão de outras realidades educacionais. Diante disso, pesquisas futuras podem ampliar a investigação para outras instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como para diferentes níveis e modalidades de ensino. Além disso, estudos comparativos entre instituições, análises longitudinais e investigações sobre percepções de egressos podem contribuir para aprofundar a compreensão dos impactos do ensino de empreendedorismo na formação profissional e nas trajetórias de trabalho dos estudantes.

Referências

Alves, A.; Klaus, V.; Loureiro, C. B. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. *Educação e Pesquisa*, v. 47, p. 1-19, 2021. https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226115.

Américo, P. D. A. F. *et al*. Educação empreendedora e metodologias de ensino: identificando tendências a partir de uma análise bibliométrica e da revisão sistemática. *Gestão.Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 24, n. 1, p. 1-25, 2026. https://doi.org/10.51359/1679-1827.2026.266109.

Antunes, R. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

Bardin, L. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

Brasil. *Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018*. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília: MEC, 31 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199. Acesso em: 07 nov. 2025.

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de janeiro 2021. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 nov. 2025.

Bröckling, U. *The entrepreneurial self: fabricating a new type of subject*. London: Sage, 2016. https://doi.org/10.4135/9781473921283.

Carvalho, A. J. C. *et al*. Educação empreendedora no ensino básico: identificando desafios a partir de uma análise bibliométrica e da revisão sistemática. *REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal*, v. 11, n. 2, p. 1-13, 2022. https://doi.org/10.14211/ibjesb.e2032.

Castro, M. R. *et al*. A ideologia do empreendedorismo na reforma do ensino médio brasileiro. *Revista Trabalho Necessário*, v. 20, n. 42, p. 1-25, 2022. https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53456.

Costa, M. O.; Caetano, M. R. Um novo ethos educacional no Ensino Médio: da formação integral ao empreendedorismo. *Revista Exitus*, v. 11, p. 1-24, 2021. https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1id1655.

Dey, P.; Steyaert, C. Rethinking the space of ethics in entrepreneurship: power, subjectivity, and practices of freedom. *Journal of Business Ethics*, v. 133, n. 4, p. 627–641, 2016. https://doi.org/10.1007/s10551-014-2450-y.

Dolabela, F. *Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

Dornelas, J. C. A. *Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Duarte, M. B.; Lopes, L. B. Que empreendedorismo é esse? Análise das concepções de trabalho nos discursos do novo ensino médio e das diretrizes da EPT. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 8, n. Especial, p. 96–112, 2025. https://doi.org/10.36524/profept.v8iEspecial.3137.

Ferraz, J. de M.; Ferraz, D. L. S. Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico-materialista. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 20, n. 1, p. 105–117, 2022. https://doi.org/10.1590/1679-395120200246.

Hadley, G. R. L. Embedded entrepreneurship pedagogy: Six key practices for an entrepreneurial classroom. *Thinking Skills and Creativity*, v. 59, p. 1–12, 2026. https://doi.org/10.1016/j.tsc.2025.101993.

Martins, E.; Rostas, M. H. S. Configurações para o ensino de empreendedorismo: um estudo de caso a partir do currículo de um curso superior de tecnologia. *POLÊM!CA*, v. 17, n. 1, p. 18–36, 2017. https://doi.org/10.12957/polemica.2017.28296.

Miranda, J. M.; Brito, M. L. A. Ensino de empreendedorismo na educação básica: desafios e práticas. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 15, n. 12, p. 17129-17138, 2023. https://doi.org/10.55905/cuadv15n12-108.

Naudé, W. Entrepreneurship, developing countries, and development economics. *Small Business Economics*, v. 34, n. 1, p. 1–12, 2010. https://doi.org/10.1007/s11187-009-9198-2.

Neck, H. M.; Greene, P. G. Entrepreneurship education: known worlds and new frontiers. *Journal of Small Business Management*, v. 49, n. 1, p. 55–70, 2011. https://doi.org/10.1111/j.1540-627X.2010.00314.x.

Nogami, V. K. C. Destruição criativa, inovação disruptiva e economia compartilhada: uma análise evolucionista e comparativa. *Suma de Negocios*, v. 10, n. 21, p. 9-16, 2019. https://doi.org/10.14349/sumneg/2019.v10.n21.a2.

Oliveira, E. N. P. *et al*. O Empreendedor na Era do Trabalho Precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. *Revista Psicologia Política*, v. 16, n. 36, p. 207-226, 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000200006&lng=pt&nrm=iso.

Oliveira, N. D. *et al*. O ensino de empreendedorismo nos cursos técnicos de um instituto federal: dualidades e oportunidades. *Trabalho & Educação*, v. 31, n. 1, p. 139–154, 2022. https://doi.org/10.35699/2238-037X.2022.21693.

Pimentel, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, 114, p. 179–195, 2001. https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008

Pizolati, A. R. Empreendedorismo, responsabilização do eu e suas implicações no contexto educacional público. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 10, p. 1-18, 2025. https://doi.org/10.5212/retepe.v.10.24318.002.

PPC. *Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica nas modalidades Concomitante e Subsequente*. Montes Claros: IFNMG, 2022a. Disponível em:

https://www.ifnmg.edu.br/cursos-moc/tecnicos?id=199. Acesso em: 18 set. 2024.

PPC. *Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio*. Montes Claros: IFNMG, 2022b. Disponível em: https://www.ifnmg.edu.br/cursos-moc/tecnicos?id=1854. Acesso em: 18 set. 2024.

PPC. *Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática para a Internet nas modalidades Concomitante e Subsequente*. Montes Claros: IFNMG, 2022c. Disponível em: https://www.ifnmg.edu.br/cursos-moc/tecnicos?id=31439. Acesso em: 18 set. 2024.

PPC. *Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações nas modalidades Concomitante e Subsequente*. Montes Claros: IFNMG, 2023. Disponível em: https://www.ifnmg.edu.br/cursos-moc/tecnicos/38-portal/montes-claros/montes-claros-cursos/18731-tecnico-em-edificacoes. Acesso em: 18 set. 2024.

Ribeiro, A. T. V. B. *et al*. Entrepreneurship teaching: A study about best practices and antecedents of Brazilian teachers. *REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal*, v. 11, n. 3, p. 1-12, 2022. https://doi.org/10.14211/ibjesb.e2133.

Santos, J. V. P.; Repolês, M. C. P. Percepções de docentes da educação profissional e tecnológica acerca da reorganização curricular do novo ensino médio. *Educação Em Revista*, v. 40, p. 1-25, 2024. https://doi.org/10.1590/0102-4698-49141

Santos, W. W. S.; Temóteo, T. L.; Araújo, G. F. Educação empreendedora nos cursos profissionalizantes: uma proposta de pesquisa. *ConCI: Convergências em Ciência da Informação*, v. 6, n. especial, p. 1-15, 2023. https://doi.org/10.33467/conci.v6i.20101.

Silva, J. F.; Patrus, R. O "Bê-Á-Bá" do Ensino em Empreendedorismo: Uma Revisão da Literatura Sobre os Métodos e Práticas da Educação Empreendedora. *REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal*, v. 6, n. 2, p. 372–401, 2017. https://doi.org/10.14211/regepe.v6i2.563.

Siqueira, R. M.; Plese, L. P. M. O ensino de empreendedorismo nos cursos de ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre no Campus Rio Branco. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, v. 17, n. 3, p. 35-57, 2024. https://doi.org/10.24979/ambiente.v17i3.1370.

Sreenivasan, A.; Suresh, M. Twenty years of entrepreneurship education: a bibliometric analysis. *Entrepreneurship Education*, v. 6, p. 45-68, 2023. https://doi.org/10.1007/s41959-023-00089-z.

Uemura, M. R. B. *et al*. A educação empreendedora no ensino médio no Brasil: abordagem ontológica e educacional. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 18, p. 1-25, 2024. https://doi.org/10.12712/rpca.v18iEdicao-Especial.58351.